

Efeitos politicamente corrosivos na práxis do silenciar Zapatista

p. 86 - 95

Maurício Beck (UFF)

Resumo

No presente artigo busco investigar os efeitos de sentido e os efeitos políticos que a práxis do silenciar dos porta-vozes do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) do México produz em determinados momentos da história recente na América Latina. Essa prática de recusa a se pronunciar, não pode ser interpretada como uma falta nem mesmo como um consentimento político. Pelo contrário, o silenciar dos zapatistas, parece engendrar efeitos corrosivos em termos resistência e de revolta política.

Palavras-chave: Zapatismo; silenciar; efeitos políticos.

Abstract

The aim of this article is to research the meaning and political effects that the silencing praxis — kept by the spokespeople of the Zapatista Army of National Liberation (EZLN), from Mexico — produces in some moments of the late history of Latin America. This practice of uttering refusal cannot be interpreted as lack of something or political consent. Quite the contrary: zapatista silencing seems to breed corrosive effects in terms of political resistance and revolt.

Keywords: Zapatism; silencing; political effects.

O presente artigo é um extrato da tese de doutorado *Aurora Mexicana* – Processos de Resistência-Revolta-Revolução em lutas populares da América Latina: O exemplo do discurso zapatista defendida em outubro de 2010, sob orientação da professora doutora Amanda Eloína Scherer e vinculada ao Laboratório Corpus, PPGL-UFSM. Outrossim, é preciso ressaltar que a supracitada tese será futuramente publicada como livro.

O foco deste artigo é a investigação, com base na teoria materialista do discurso (iniciada pelo círculo de intelectuais em torno do filósofo francês Michel Pêcheux entre as décadas de 1960 e 1970), dos efeitos de sentido e os efeitos políticos que o silenciar do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) do México

produz em dados momentos da história recente na América Latina. Segundo Figueiredo, em *A Guerra é o Espetáculo*, o EZLN se distingue de outras guerrilhas camponesas da América Latina, no que concerne ao grupo étnico que constitui, ao mesmo tempo, seu efetivo militar e as comunidades que os apoiam e sustentam, por seu caráter eminentemente indígena. São sujeitos descendentes dos Maias, por conseguinte indígenas camponeses que, por uma tradição cultural de séculos, praticam a agricultura e não têm, portanto, sua subsistência baseada na caça e na coleta. Fortemente marcado pela memória da Revolução Mexicana de 1910, o EZLN traz em sua auto-denominação a rememoração do líder e mito da Revolução, o camponês Emiliano Zapata.

No raiar do dia primeiro de janeiro de 1994

o Exército Zapatista de Libertação Nacional (o EZLN) iniciou um levante em Chiapas, no sudeste mexicano. Constituído majoritariamente de indígenas, os zapatistas se tornaram rapidamente conhecidos internacionalmente graças as mídias que difundiram a imagem de *pasamontañas* (gorros negros), *paliacates* (lenços multicoloridos) e, sobretudo, suas declarações e comunicados. A luta armada propriamente dita durou somente 12 dias, com o cessar fogo iniciou-se uma nova forma de luta, da ordem do embate discursivo, que perdura até a atualidade, marcado por grandes mobilizações da sociedade mexicana e uma ampla rede de apoio da sociedade civil nacional e internacional.

Quem são os zapatistas?

O Exército Zapatista de Libertação Nacional do México (EZLN) se diferencia das FARC da Colômbia e do MST do Brasil, por exemplo, no que concerne ao grupo social que constitui sua base, por seu caráter indígena e pela forte presença feminina em sua militância (um terço dos efetivos da base do exército, metade dos integrantes do CCRI-CG do EZLN). Fortemente influenciado pela memória da Revolução Mexicana de 1910, o EZLN traz no próprio nome uma referência direta ao revolucionário camponês Emiliano Zapata.

Não obstante, as causas do levante e da guerra de contrainsurgência envolvem questões de ordem socioeconômica. Chiapas é um estado com grande concentração de terras. A produção econômica é de base agropecuária, com destaque na plantação de milho, café e na criação de gado. E ainda que seja um dos estados mexicanos com os piores índices em saúde e educação, o território é rico em reservas de petróleo, água doce e biodiversidade. São contradições como estas que funcionaram como detonador da insurreição armada. Com efeito, para Martins:

A guerra de Chiapas é fruto da exacerbação da globalização e do caráter globalizado dos produtos oriundos do Terceiro Mundo. No caso, o café, sua crise e a redução de seu preço a cerca de metade do que era não faz muito tempo. A guerra de Chiapas assume uma feição étnica, mas sua origem está na mercadoria e na delicada relação entre produção direta dos meios de vida e produção de excedentes comercializáveis. [...] Nessa perspectiva, a guerra de Chiapas é também uma guerra colonial residual. Houve uma certa celeuma quanto a ser Chiapas a primeira guerra eletrônica ou a primeira guerra pós-moderna. Pós-moderna, talvez. Mas certamente uma das últimas guerras da descolonização na América Latina. (MARTINS, 2002, p. 62.)

No campo político partidário, outro vestígio desta contradição detonadora: Na história do México, até 1994, não havia um projeto de integração do mundo indígena no cenário nacional. Segundo Florescano & Guemes ([1998] 2002), os partidos políticos, antes do levante zapatista, não incluíam em seus programas os problemas indígenas, de modo que estes últimos se viam como segregados em seu país.

Após o levante de janeiro, a tendência à heterodoxia política se acentuou ainda mais com o crescente apoio civil internacional. O EZLN nunca teve reais condições bélicas de ameaçar o Estado mexicano e esperava, com o levante, incitar o povo mexicano a pegar em armas e seguir o exemplo da insurreição zapatista. No entanto, algo inesperado ocorreu: grandes parcelas da população mexicana mobilizaram-se, mas, para pedirem a paz e buscarem a solução para a exclusão dos camponeses indígenas e dos chamados mestiços em geral através da democracia direta e do diálogo com o governo. Os zapatistas receberam apoio e ganharam simpatizantes não só no México, mas em todo o mundo, fazendo do pequeno estado de Chiapas o centro de reunião de inúmeros movimentos alternativos.

Contudo, embora o governo tenha recuado a ofensiva militar e acordado um cessar-fogo, alguns observadores e cientistas políticos têm afirmado - com base no incremento ao cerco militar, as

intimidações e as agressões frequentes realizadas às comunidades chiapanecas – haver uma guerra de baixa intensidade (GBI) (ASTRAIN, 1996) ou uma política contrainsurgente, em curso no sudeste mexicano desde fevereiro de 1995, quando começou efetivamente a contraofensiva governamental. Com efeito, segundo Bermúdez:

La guerra de baja intensidad es el recurso de naciones y organizaciones para el uso limitado de la fuerza o la amenaza de uso, para conseguir objetivos políticos sin el involucramiento pleno de recursos y voluntad que caracteriza las guerras de Estado-nación de supervivencia o conquista. (BERMÚDEZ, 1989, p. 81.)

Ainda assim, a ênfase da estratégia do EZLN passou do militarismo bélico para a comunicação, a guerra de papel e do espetáculo midiático (FIGUEIREDO, 2003). Várias articulações surgiram, como os comunicados, os diálogos com o governo, a organização de um “zapatismo civil”, iniciado com a Frente Zapatista de Libertação Nacional (FZLN) e retomado recentemente na mobilização em torno da *Otra Campaña*. Além disso, ocorreram os encontros internacionais chamados Intergalácticos, que elevaram o neozapatismo à condição de grande referência das esquerdas na contemporaneidade. Entretanto, é uma referência heterodoxa, discrepante - que não se propõe como vanguarda, que não almeja tomar o poder de Estado e sim estabelecer uma coordenação horizontal, a articulação em redes e *Juntas de Buen Gobierno* que valorizam a autonomia das comunidades. Para Holloway (2008), é a dignidade indígena, em oposição à humilhação, que marca uma diferença:

Este concepto de la dignidad, y obviamente todo el lenguaje del zapatismo después de los primeros días, implica una crítica a la tradición revolucionaria. Implica una crítica sobre todo a la tradición leninista precisamente, porque la idea leninista no está basada en la dignidad. La idea tradicional de la revolución concibe las masas como objetos, como personas humilladas e las cuales hay que liberar. Entonces las masas son el ob-

jeto, en primer lugar, de la liberación, o de la emancipación. La revolución es una en la que tenemos que ir liberar a las masas oprimidas y eso se expresa en, por ejemplo, el *Qué hacer?* Allí se habla de los límites de la clase obrera, los límites de su consciencia: pueden entender la opresión en términos económicos y en términos cotidianos, pero no pueden ir más allá de ellos. Entonces, la noción de la dignidad implica cierto concepto de la política. Implica un concepto de sujetos sin límites, va contra y más allá de cualquier límite. (HOLLOWAY, 2008, p.17)

Há ressonâncias na postura da *dignidade rebelde* com as críticas de Althusser à verticalidade do partido comunista, assim como com as retificações de Pêcheux ao sujeito da desidentificação, na primeira elaboração, e à ciência régia marxista que não dava a devida atenção ao burburinho do cotidiano - discurso, “a maior parte das vezes silencioso, da urgência às voltas com os mecanismos de sobrevivência.” (PÊCHEUX, 2002)

É preciso ter em conta que o EZLN é subordinado às decisões políticas das comunidades de base. A estruturação política se configura do seguinte modo: cada comunidade debate e define sua posições em assembleia para enviar um encarregado de representar aquela posição regionalmente; a regional, por sua vez, delibera e posiciona-se para que, então, o Comitê Clandestino do grupo em questão responda (*feedback*) às deliberações. Essa estrutura remete ao enunciado *mandar obedecendo* dos zapatistas, pois o mando só se exerce fundamentado nas decisões das bases, por intermédio da construção de deliberações consensuais. Com efeito, na leitura de Matamoros (2008):

El zapatismo se consolidaba como sujeto con perspectivas históricas, dentro del ajedrez político nacional e internacional, a partir de preguntas, no de respuestas afirmativas o afirmaciones que implicaban una definición cerrada. Se fue construyendo justamente en ese diálogo, en esa experiencia dialógica con las comunidades indígenas y con algunos cristianos de la liberación. [...] una experiencia de diálogo, de comunicación, de preguntas, del *preguntando caminamos*. Esto se va a expresar en el vaivén, salir y entrar, regresar

Este vai-vêm, confrontação de experiências e atualização de práticas parece funcionar ao modo de uma retificação contínua com base numa autocrítica permanente, ou melhor, num autoquestionamento em movimento; algo não distante da proposta de Pêcheux (2002). Não é Pêcheux o crítico de uma ontologia marxista, ciência régia, prenhe de afirmativas e afirmações? Ontologia movida pelo desejo de onipotência? Para se entender a heterodoxia do EZLN frente à teoria marxista-leninista ou outras teorias marxistas é preciso levar em conta a multiplicidade de saberes que se fazem presentes no discurso e nas práticas zapatistas: o ideário de Emiliano Zapata e Pancho Villa de *Tierra y Libertad*, que, de certo modo, remete ao anarquismo de Flores Magón; a cosmovisão maia; e a abnegação cristã de outro conhecido enunciado zapatista: *Para todos todo, nada para nosotros*.

Algumas contradições da heterodoxia do EZLN são expressas e problematizadas pelo seu líder em muitos de seus comunicados. A própria personagem do Subcomandante Marcos se vê atravessada por elas. Marcos que, como todos os zapatistas, esconde sua identidade civil por baixo de um pasamontañas, é líder do EZLN, e o porta-voz dos zapatistas. Por ser intérprete e tradutor das línguas indígenas locais para o espanhol e vice-versa, sua função mediadora possibilita uma maior aproximação entre os índios, aqueles chamados de mestiços e os auto-designados brancos, entre os ditos camponeses e ditos cidadãos. Entretanto, embora essa mediação dê visibilidade social à questão indígena, interfere na tomada de decisões e participação direta dos índios, visto que ele ocupa também o posto de liderança militar do movimento.

Por uma análise do silenciar zapatista

No transcurso de dezesseis anos de levante armado, de diálogos e de debates com a sociedade civil e com o governo do México, embora os zapatistas tenham se tornado mundialmente conhecidos por intermédio de suas declarações, comunicados e cartas, numa franca guerrilha de palavras (difundidas, sobretudo, pela rede mundial dos computadores), seus silêncios episódicos parecem produzir efeitos de grande alcance político. Isto ocorre de modo que seus aliados e antagonistas foram instados a interpretar seu silenciar em muitos momentos desde o levante de 1994. Este é o caso de Luis Hernández Navarro, jornalista e editor de opinião do jornal *La Jornada* – um dos veículos de mídia mexicana que apoia a causa zapatista –, em sua perspectiva:

O Silêncio tem sido uma das repostas dos zapatistas à estratégia de guerra do governo. [...] Ironicamente, o silêncio do comando se ouve com a mesma força que sua palavra de ontem. Longe de ter perdido espaço na vida política nacional, o zapatismo se mantém, sem publicar uma só frase, no centro da tormenta. “Quem permanece em silêncio é ingovernável”, disse Ivan Illich. (NAVARRO, [1998] (2002))

É preciso ter em conta o momento histórico deste silenciar zapatista. Trata-se de junho de 1998, poucos dias após um ataque da infantaria do exército mexicano (respaldada por tanques, aviões e helicópteros) ao município de *San Juan de la Libertad* ou *el Bosque* -Chiapas, território rebelde zapatista. Na ocasião houve execuções de rebeldes civis. Anteriormente, em março de 1998, o presidente mexicano Ernesto Zedillo (1994-2000), havia tornado pública sua recusa em aceitar os Acordos de *San Andrés* ao enviar para a Câmara um projeto de lei acerca do estado de Chiapas, epicentro do levante armado.

Além disso havia ocorrido, também em março, espancamentos de crianças e

encarceramento de mulheres e homens no município autônomo de *Tierra y Libertad* - Chiapas, atacado pelo exército mexicano. No mesmo mês, os observadores internacionais são expulsos do país. Desse modo, a ofensiva bélica do governo desfaz qualquer nova possibilidade de diálogo com os insurgentes zapatistas, ao mesmo tempo em que visa a suplantir todos os avanços e conquistas, em termos de direitos constitucionais, dos povos indígenas mexicanos.

Diante desta conjuntura, foi esperado que o EZLN se pronunciasse por meio de outro comunicado aos mexicanos, governos e povos do mundo. Entretanto, houve um silêncio que perdurou por mais de um mês até que fosse divulgada a Quinta Declaração da Selva Lacandona em 19 de julho de 1998. Na Declaração exigia-se o fim da guerra de extermínio e o reconhecimento dos direitos indígenas.

Em primeiro lugar é necessário notar que o silêncio zapatista está relacionado à temporalidade própria do movimento, que não se pauta pelo modo de mensuração do tempo do mundo ocidentalizado. Em certa medida, a interpretação do silêncio zapatista se embasa em um pressuposto de temporalidade “padrão” em que os sujeitos políticos devem enunciar seus discursos. Em segundo lugar, os efeitos do silenciar zapatista se produzem em *relação a* seu discurso. As interpretações que se engendram, quando seus silêncios se tornam incômodos ou inesperados, têm na memória os acontecimentos históricos que fizeram do discurso EZLN uma voz relativamente reconhecida e importante no cenário político nacional mexicano nestes últimos dezesseis anos.

Desta forma, o silêncio zapatista pode funcionar como uma eloquência muda. Seu mutismo momentâneo acarreta nos sujeitos políticos, desde antes atentos a seu discurso, uma expectativa crescente, mantendo em suspenso as

posições subjetivas de seus ouvintes - simpatizantes e antagonistas. O que incomoda nesta condição, que aumenta a expectativa e a atenção dos sujeitos, é que ela pode ser indício de uma recusa política: os zapatistas, talvez, se recusem a se pronunciar em certos momentos para que a sua interpretação não se imponha como a única, a “verdadeira” a ser aceita por todas as outras forças à esquerda e abaixo no espectro sócio-político mexicano e latino-americano.

Para avançar na interpretação do silenciar zapatista é pertinente mobilizar as elaborações teóricas de dois autores historicamente distantes, mas que, de acordo com Aurox desenvolveram estudos acerca do domínio do silêncio. Estes autores são o abade Dinouart e Eni Orlandi. Dinouart escreveu um tratado acerca da *Arte de Calar* no interior da tradição da retórica cristã. Segundo Haroche e Courtine, embora discorra sobre o silêncio na ótica religiosa católica, Dinouart não escreve sobre o silêncio contemplativo ou sobre o inefável êxtase frente à divindade, mas sim sobre a “*arte de fazer alguma coisa ao outro pelo silêncio*” Essa semiótica do silêncio, na definição de Haroche e Courtine, é permeada por uma ética da prudência atenta às circunstâncias (“conforme o tempo e o lugar em que se está no mundo” faz do sujeito silencioso um engenheiro da ocasião ao conter a língua (uma vez que há na palavra o perigo de uma despossessão de si). Ainda segundo Haroche e Courtine esta arte da *tacita significatio* é menos uma arte de governar o outro do que uma maneira de resistir a seu domínio.

Embora Dinouart esteja dentro da tradição do discurso cristão que afirma o livre arbítrio de todo sujeito individual, ou seja, capaz de se auto-determinar, e de, por livre vontade, fazer escolhas conscientes entre o bem e mal há em suas elaborações acerca do silêncio algo que ressoa nas teorizações da Análise de Discurso. Assim como em Orlandi, Dinouart não entende o silêncio

como um vazio de sentidos, um negativo da linguagem verbal. O silêncio é capaz de afetar os outros sujeitos e é capaz de afetar a relação entre os sujeitos de forma que ele produtor de sentidos e tem efeitos políticos. Orlandi, que teorizou acerca do silêncio na perspectiva materialista do discurso, também terá como base essa concepção positiva do silêncio e dos efeitos não negligenciáveis que ele pode acarretar. Por conseguinte, retomo a análise do silenciar zapatista me embasando primeiramente em Dinouart para, em seguida, mobilizar a teoria da Análise de Discurso com base em Orlandi.

A partir da abordagem do abade Dinouart, pode-se interpretar o calar-se zapatista como um silêncio prudente, “o silêncio é prudente quando se sabe calar oportunamente, conforme o tempo e o lugar que se está no mundo”, de um silêncio artificial (tático) em que se cala para surpreender e desconcertar e, sobretudo, de um silêncio político porque prudente, “que se poupa, que se conduz com circunspeção, que não diz tudo o que pensa, que nem sempre explica sua conduta e seus desígnios”. Da perspectiva discursiva, é possível entender essa tipologia de Dinouart como os efeitos multifacetados do silenciar. Estes efeitos variam conforme as posições dos sujeitos afetados pelo silêncio do EZLN, mais do que de uma suposta intencionalidade tática do sujeito silencioso. Certamente as interpretações do silêncio diferem conforme partam do governo federal mexicano ou de intelectuais e militantes civis engajados na luta zapatista. De qualquer modo, este silêncio não é intrinsecamente negativo, nem é um vazio sem significado, pelo contrário, se constitui prenhe de sentidos e de consequências políticas:

O desgaste governamental tem sido produto tanto das incongruências internas [...] como do choque desta com os povos em resistência pacífica e com amplas franjas da sociedade civil nacional e internacional. O silên-

cio zapatista tem incrementado os custos da estratégia oficial. Ao fazer-se invisível ao comando do EZLN, tem evidenciado a verdadeira natureza da ofensiva governamental (NAVARRO, [1998] (2002)

Ao recolher-se ao silêncio, o EZLN possibilitou que todos ouvissem a estrondosa ofensiva do governo federal. Este “silêncio corrosivo” (Orlandi) dos zapatistas, significou, para todos os sujeitos atentos ao seu mutismo, a violência do antagonista. No que concerne ao posicionamento do EZLN frente aos ataques bélicos e políticos do governo federal, o tempo de seu silenciar funcionou como um tempo para “a ‘respiração’ (o fôlego) da significação; um lugar de recuo necessário para que se possa significar, para que o sentido faça sentido” (ibidem). Lembrando que o EZLN regularmente se encerra localmente com vistas a fazer consultas com as comunidades chiapanecas por meio de assembleias e conselhos. A ausência de comunicados endereçados à sociedade civil é, muitas vezes, indício de debates e consultas internas. Ainda assim, na temporalidade própria às comunidades indígenas da Selva Lacandona há um ritmo próprio de se significar “que supõe o movimento entre o silêncio e linguagem”

A abordagem de Orlandi sobre as formas do silêncio é de capital importância para a interpretação do silenciar zapatista. Com efeito, para a analista de discurso, enquanto a linguagem estabiliza o movimento de sentidos, no silêncio “sentido e sujeito se movem largamente”. Dessa forma, o silêncio é compreendido como “a matéria significante por excelência, um continuum significante”. Em outras palavras, o silêncio é o real da significação, logo, o real do discurso, ele é fundante da perspectiva discursiva. “o silêncio é. Ele *significa*. Ou melhor no silêncio, o sentido *é*.”

A grande contribuição de Orlandi para os estudos da linguagem, no que concerne ao silêncio, foi conferir um estatuto positivo a uma instância antes relegada ao negativo e às margens do verbal

(não dito). É possível afirmar que, tratando-o como fundante, como a instância em que os sentidos e os sujeitos estão em movimento, (em que os sentidos *são*) Orlandi dotou o silêncio de uma consistência ontológica, de uma consistência material em que os direcionamentos ideológicos do sentido se encontram suspensos em suas possibilidades de realização:

Este efeito de indistinção parece atuante no que concerne ao silenciar do EZLN em momentos de deflagração de conflitos. Violentos fatos históricos que exigem dos sujeitos que os interpretem segundo suas inscrições em dadas posições discursivo-ideológicas. Estes fatos violentos (execuções sumárias, mortes de civis, massacres) parecem ser indício do próprio antagonismo social (real da história) que, na perspectiva de Žižek (1996) é foracluído da realidade. Ou seja, um acontecimento violento concreto e traumático que exige inelutavelmente um trabalho simbólico dos sujeitos (tanto à esquerda, quanto à direita do espectro político). Se, é um efeito da ideologia dominante obliterar o antagonismo, então a ideologia antagônica teria que, pelo contrário, ressaltar este mesmo antagonismo de modo a questionar as evidências da ideologia hegemônica.

Contudo, e se os efeitos de uma postura de crítica e denúncia ideológica não necessariamente acarretarem um efeito político de fortalecimento das posições antagônicas? Se, ao invés disso, o posicionamento diante do real histórico por parte do EZLN funcionasse de modo a subtrair a possibilidade dos outros sujeitos ousarem pensar por si mesmos? Em outras palavras, a demanda por um posicionamento do EZLN frente a acontecimentos políticos é a demanda por uma posição de vanguarda que supostamente seria portadora de um saber régio sobre o real do antagonismo social. Da parte dos sujeitos à esquerda no espectro político esta demanda é

similar àquela, criticada por Althusser (1978), dos militantes do PCF que só se posicionavam a respeito de algo após ler a posição da linha justa do partido.

O silenciar zapatista possibilita, pela movência dos sentidos e dos sujeitos confrontados com o real histórico, com os antagonismos sociais, interpretações e posicionamentos outros, não atrelados a uma referência de vanguarda que, em termos psicanalíticos, seria “o sujeito do suposto saber”. Não responder a essa demanda e, de outro lado, furtar-se à injunção a significar no momento em que o real do acontecimento ainda não foi simbolizado é um modo de desestabilizar o direcionamento dos sentidos. As evidências ideológicas (de que os sujeitos do conflito são “naturalmente” comandados pelo exército clandestino; de que inquestionavelmente o “cabeça” deste exército indígena é o subcomandante Marcos; de que este último é portador de um saber esclarecido e objetivo e, logo, deve sempre pronunciar sua verdade para que todos o sigam) ficam em suspenso.

Este silêncio não tem implicado, porém, que os povos em rebeldia deixem de falar. Uma após outra, têm sido documentadas as agressões de que são objeto e têm reafirmado sua disposição a resistir pacificamente. Suas tomadas de posição públicas mostram a existência de uma coordenação interna. Recentemente, as autoridades de 32 municípios autônomos emitiram uma declaração conjunta (NAVARRO, [1998] 2002, p. 137)

De acordo com Orlandi (2007), enquanto a linguagem funciona por sedimentação e por categorização de sentido, o silêncio é a movência, a errância do significar. E, ainda que, os sujeitos e os sentidos não estejam para além da ideologia, ao contrário, estão sempre imersos em seus efeitos imaginários, há a abertura de fissuras no funcionamento do imaginário na linguagem. Dessa forma, a tensão entre o imaginário (ideológico) e

o real (antagonismo) se deflagra em pontos de possível (impossível).

Até este momento tenho tratado do conceito de silêncio em Orlandi (2007) sem discriminar silêncio fundador de silêncio político. No entanto, para a autora há necessidade de uma distinção metodológica na análise das formas do silêncio. O silêncio fundador, cujos aspectos e efeitos foram mais desenvolvidos na presente análise, é mais difuso e, por conseguinte, mais difícil de ser localizado. Enquanto o silêncio político se caracteriza justamente por ser localizado. Não obstante, Orlandi (2007), conceitua o silêncio político com base no silenciamento (censura). Nesta ótica, o sujeito sofre uma interdição (imposta por uma instância de autoridade) de se significar a partir de dadas formações discursivas. Disso decorre seu caráter local: uma vez que “Como, no discurso, o sujeito e o sentido se constituem ao mesmo tempo, ao proceder desse modo se proíbe ao sujeito ocupar certos ‘lugares’, ou melhor, proíbem-se certas ‘posições’ do sujeito.”

Em relação ao silêncio zapatista, embora passível de localização precisa - momento histórico em que se demandava um comunicado com sua posição frente determinados acontecimentos políticos-, não se trata de um silenciamento imposto por uma instância política exterior ao EZLN. Trata-se, em contraste, de um *silenciar* – no sentido de uma prática de recusa (a de atender à demanda ou à injunção a se posicionar publicamente), uma prática de resistência com efeitos políticos específicos. Nesta perspectiva, os efeitos de seu silenciar significam, para além de qualquer intencionalidade ou controle dos sujeitos políticos, de modo que aspectos do silêncio fundador e de seu funcionamento como materialidade simbólica engendram efeitos de sentido e efeitos políticos.

Por outro lado, é preciso ter em conta outro aspecto singular na memória política do levante

zapatista. Tendo em vista que a organização campesino militar dos zapatistas se engendrou na clandestinidade e, portanto, no silencioso e discreto trabalho de formação militar e articulação política com as comunidades indígenas. Durante mais de uma década os zapatistas se organizaram e se movimentaram sem se fazerem conhecidos publica e oficialmente. Apenas os camponeses ameríndios locais eram os sujeitos com quem os militantes zapatistas mantinham um debate e uma escuta regular, de modo que é com o levante de 1994 que o Comitê Clandestino Revolucionário Indígena – Comando Geral do Exército Zapatista de Libertação Nacional do EZLN se constituirá como o porta-voz dos “sem voz”. Talvez esse silêncio primeiro - o da clandestinidade do EZLN, por um lado, o dos sujeitos ameríndios sem voz na história oficial do México, por outro – seja uma forma de silêncio mais difusa, não localizável, mais movediça de modo a ser determinante, ou mesmo, fundante para a luta dos zapatistas. Algo deste silêncio histórico da resistência indígena, antes que o sujeito do discurso zapatista se fizesse conhecido para fora das fronteiras das comunidades, parece ressoar, prenhe de sentidos, na atual prática de seu silenciar.

Considerações Finais

O zapatismo parece demarcar uma posição de heterodoxia frente à esquerda hegemônica do século XX. Essa heterodoxia parece ser sintoma de uma diferença no modo de funcionamento do discurso zapatista (em sua imbricação com as formações ideológicas) frente às formações discursivas e ideológicas dos partidos eurocomunistas, por exemplo. Remontando à Pêcheux, em *Só há Causa daquilo que Falha*, e a Althusser, em *O que não pode durar no Partido Comunista*, essa questão da dissimetria entre a ideologia antagônica e a ideologia dominante

é crucial para que os processos de resistência-revolta revolução engendrem transformações ideológicas capazes de romper com a reprodução das relações de dominação e exploração em nossa formação social.

Ainda que seja cedo para afirmar que a modalidade de funcionamento subjetivo caracterizada pela desidentificação em relação a ideologia dominante constitua os sujeitos zapatistas, é possível vislumbrar a emergência de uma discursividade imbricada a uma ideologia antagônica com modos de funcionamentos outros. Ressalto que a maior ou menor autonomia desta formação ideológica em contraposição à ideologia dominante depende do avanço ou do recuo dos processos de resistência-revolta-revolução como um todo. Contudo, o que parece marcar uma diferença em primeiro lugar é a forma como a contradição é significada no interior da discursividade zapatista: a contradição é explicitamente significada e os sujeitos estão avisados desta condição.

Referências bibliográficas

ALTHUSSER, Louis. **Lo que no puede durar en el Partido Comunista**. Tradução de Pedro Vilanova Trias. Siglo XXI de Espana Ed.,1978. 110 p.

ASTRAIN, Martha Patricia López. **La Guerra de Baja Intensidad en México**. México: Plaza y Valdés, 1996. 318 p.

BERMÚDEZ, Lilia, **La Guerra de Baja Intensidad**. Reagen Contra Centroamerica. México: Siglo XXI, 1989.

DINOUART, Abade. **A Arte de Calar**. [1771] Apresentação de Jean-Jacques Courtine e Claudine Haroche. Tradução de Luís Felipe Ribeiro. São Paulo: Martins Fontes, 2001. 80 p.

FIGUEIREDO, Guilherme Guitahy de. **A Guerra é o Espetáculo: origens e transformações**

da estratégia do EZLN. 2003. 366 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas) - Unicamp, Campinas, 2003.

FLORESCANO, Enrique; GUEMES, César. **É Terrível que a sociedade desperte somente com a morte: Florescano**. [1998]. In: BUENROSTRO Y ARELLANO; OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. (org.) **Chiapas: Construindo a Esperança**. Tradução de Maria José Rinaldo Barboza et al. São Paulo: Paz e Terra/ México: La Jornada, 2002.

HOLLOWAY, John; MATAMOROS, Fernando; TISCHLER, Sergio. **Zapatismo: Reflexión teórica y subjetividades emergentes**. Buenos Aires: Herramienta; México: BUAP, Instituto de Ciencias Sociales y Humanidades “Alfonso Vélaz Pliego”, 2008. 142 p.

MARTINS, José de Souza. “Comentários sobre a insurreição Zapatista em Chiapas”.(2002). In: BUENROSTRO Y ARELLANO; OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. (org.) **Chiapas: Construindo a Esperança**. Tradução de Maria José Rinaldo Barboza et al. São Paulo: Paz e Terra/ México: La Jornada, 2002. 380 p.

MATAMOROS, Fernando. **Zapatismo, reflexión teórica y subjetividades emergentes: revisitando el Seminario**. In: HOLLOWAY, John; MATAMOROS, Fernando; TISCHLER, Sergio. **Zapatismo: Reflexión teórica y subjetividades emergentes**. Buenos Aires: Herramienta; México: BUAP, Instituto de Ciencias Sociales y Humanidades “Alfonso Vélaz Pliego”, 2008.

NAVARRO, Luis Hernandez. “A Força do silêncio” [1998] In: BUENROSTRO Y ARELLANO; OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. (org.) **Chiapas: Construindo a Esperança**. Tradução de Maria José Rinaldo Barboza et al. São Paulo: Paz e Terra/ México: La Jornada, 2002.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **As Formas do Silêncio: No movimento dos sentidos**. 6. ed. Campinas: Unicamp, 2007. 182 p.

PECHEUX, Michel. **O Discurso**. [1983] Estrutura ou Acontecimento. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi. 3.ed. Campinas, SP: Pontes,

2002.

_____.(1975) **Semântica e Discurso:** Uma Crítica a Afirmação do Obvio. Tradução de Eni Pulcinelli Orlandi, Lourenço Chacon Jurado Filho, Manoel Luiz Gonçalves Correa e Silvana Mabel Serrani. 3. ed. Campinas. Ed. Unicamp, 1997.

ŽIŽEK, Slavoj. “Como Marx Inventou o Sintoma”. In: Žižek, Slavoj (org.). **Um Mapa da Ideologia.** Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996. 336 p.

Artigo enviado em: 10/01/2011

Aceite em: 03/06/2011